

Trabalho apresentado no 21º CBCENF

Título: EPIZOOTIA POR FEBRE AMARELA EM PRIMATA NÃO HUMANO NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Relatoria: GIVANILDE ALVES NOGUEIRA

Autores:

Modalidade: Comunicação coordenada

Área: Políticas Públicas, Educação e Gestão

Tipo: Pesquisa

Resumo:

A febre amarela (FA) representou, no passado, um grande flagelo para a população brasileira, como um dos mais dramáticos problemas de saúde pública registrados no país. A impossibilidade de erradicação da febre amarela silvestre (FAS), por se tratar de uma zoonose de animais silvestres, acrescida da ampla dispersão do *Aedes aegypti* no Brasil, torna presente a ameaça de sua reemergência nos espaços urbanos. A ocorrência de epizootias é vista como indicador de risco (evento-sentinel) e alerta para a ocorrência de casos humanos de febre amarela silvestre (FAS). O objetivo desse estudo é descrever o perfil epidemiológico da Epizootia em Primatas Não Humanos (PNH) por febre amarela em Rondônia com foco no Município de Porto Velho no período de julho/2016 a junho/2018. Trata-se de um estudo do tipo descritivo sobre epizootia suspeita de febre amarela em PNH. A amostra corresponde a 73 casos notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) qualificados como suspeitos de febre amarela. Os dados foram consultados e/ou coletados nas bases do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), no Gerenciador de Ambiente Laboratorial de Rondônia (GAL/RO) e Sistema de Informação do Programa de Imunização (SIS-PNI), depois agrupados em planilhas e representados em gráficos, figuras e/ou tabelas e submetidos à análise estatística. A importância da vigilância de epizootias em PNH se reveste em colher informações sobre o adoecimento ou morte de PNH (macacos) e investigar oportunamente, a fim de detectar precocemente a circulação do vírus amarílico e subsidiar a tomada de decisão para a adoção das medidas de prevenção e controle, de modo a reduzir a morbimortalidade da doença na população humana prioritariamente nas áreas afetadas. Em Porto Velho a análise das notificações de epizootia que constam no SINAN, constatou um aumento considerável das notificações nos anos de 2017 e 2018 tanto na área rural como na área periurbana e urbana. Rondônia, por pertencer a região amazônica, tem em seu calendário vacinal de rotina a vacina antiamarilica. No entanto, mesmo com coberturas vacinais acima de 100% no período estudado pode-se inferir que esta cobertura talvez não seja homogênea, podendo haver bolsões com baixa cobertura, possibilitando desta forma a ocorrência da febre amarela silvestre.